

## SEMINARIO INTERNACIONAL EN CULTURA DE LA LEGALIDAD: “LOS DESAFÍOS DEL ESTADO DE DERECHO EN EL SIGLO XXI”

El Seminario Internacional en Cultura de la Legalidad: “Los Desafíos del Estado de Derecho” ha sido organizado por el **Grupo de Investigación sobre el Derecho y la Justicia** (GIDYJ) de la Universidad Carlos III de Madrid, en el marco de las actividades del proyecto [New Trust-cm Programa Interuniversitario en Cultura de la Legalidad](#) (S2015/HUM-3466) financiado por la Consejería de Educación, Juventud y Deporte de la Comunidad de Madrid.

El programa completo del Seminario está disponible en [www.derechoyjusticia.net](http://www.derechoyjusticia.net)

Las **comunicaciones** aquí recogidas fueron presentadas el día 13 de febrero de 2017 con motivo del I Seminario Internacional en Cultura de la Legalidad: “Los desafíos del Estado de Derecho en el siglo XXI”, celebrado en el campus de Getafe de la Universidad Carlos de Madrid bajo la dirección de María José Fariñas Dulce.

Las comunicaciones están disponibles en: <https://hdl.handle.net/10016/25562>



Esta obra se encuentra sujeta a la licencia Creative Commons  
Reconocimiento – NoComercial – SinObraDerivada

# GLOBALIZAÇÃO, AMOR LÍQUIDO E A RECONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA: ENSAIO SOBRE AS FAMÍLIAS PARALELAS NOS ORDENAMENTOS JURÍDICOS BRASILEIRO E ESPANHOL

## GLOBALIZATION, LIQUID LOVE AND THE RECONSTRUCTION OF THE CONCEPT OF FAMILY: ESSAY ABOUT PARALLEL FAMILIES ON BRAZILIAN AND SPANISH LEGAL ORDERS

Glauco Eduardo Salles dos Santos<sup>1</sup>

*Universidade Autónoma de Lisboa*

### RESUMO

O brocardo jurídico “*ubi societas ibi ius*”, legado justiniano cristalizado pela compilação *Corpus Iuris Civilis*, traduz a necessidade de ser composta ordem exterior e institucionalizada à formação e continuidade do conjunto social. Destarte, ao Direito, enquanto instrumento desprovido de apriorismo kantiano, cabe o infindável papel de garantia do florescimento humano a partir dos ideais de isonomia, dignidade e fraternidade cunhados no contexto histórico vivenciado - o humano, o emaranhado de relações sociais e as novas feições assumidas ao decorrer das eras impelem, *quid pro quo*, substanciais mudanças à ordem jurídica. Nesse diapasão, o fenômeno da globalização constitui marco a novas concepções e percepções do *modus vivendi*. A intensa e permanente cadeia mundial de comunicações reinventou as operações políticas e econômicas, ecoando pungentemente sobre as relações sociais. Segundo as preleções do sociólogo polonês Zygmunt Bauman, em sua obra ‘Amor Líquido’, vive-se o século das relações instantâneas: a velocidade do dia a dia nos grandes centros urbanos, a alta frequência na troca de informações e a revolução tecnológica imprimem ao ser ampla, porém superficial, gama de interações afetivas. Estas remodelações nos modos de ser e sentir da sociedade ensejam reflexões acerca da ordem jurídica estabelecida. Em meio às

---

<sup>1</sup> Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (2014), Pós-graduado em Direito Penal pelo Instituto Damásio de Jesus (2016), Mestrando em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa.

reflexões alimentadas pela temática, destaca-se a virada kantiana vivenciada pelo conceito de família no tempo. Neste diapasão, setores doutrinários advogam pelo reconhecimento de núcleos familiares simultâneos, nos quais um dos componentes é coincidente. A institucionalização das famílias paralelas, para além do reconhecimento às liberdades humanas, direito fundamental de primeira geração, configura verdadeira defesa à dignidade. Olvidar a existência e a necessidade de tutela jurídica dos núcleos simultâneos estabelece conduta discriminatória e punitiva ao grupo familiar constituído *a posteriori*. Apesar da existência de fato das chamadas famílias paralelas, o tratamento jurídico dado pelas legislações brasileira e espanhola não lhes é simpático.

**Palavras chave:** Famílias Paralelas; amor líquido; dignidade humana.

## ABSTRACT

The juridical say "*ubi societas ibi jus*", a legacy of Justinian crystallized by the Corpus Iuris Civilis compilation, reflects the need to be composed of an external and institutionalized order for the formation and continuity of the social group. Thus, to Law, as instrument devoid of Kantian apriorism, fits the endless role of guarantee of the human development from the ideals of isonomy, dignity and fraternity coined in the historical context experienced. Thus, the human, the entanglement of social relations and the new features assumed during the ages imply, *quid pro quo*, substantial changes to the legal order. In this context, the phenomenon of globalization marks the new conceptions and perceptions of *modus vivendi*. The intense and permanent communications chain reinvented political and economic operations, echoing pungently on social relations. According to the polish sociologist Zygmund Bauman, in his work 'Liquid Love' one lives the century of instant relationships: the speed of everyday life in large urban centers, the high frequency of information exchange and the technological revolution Be broad, but superficial, range of affective interactions. These changes in the ways of being and feeling of society lead to reflections about the established juridical order. In between this reflections fueled by the theme, we highlight the kantian turn experienced by the concept of family in tim. In this passage, doctrinal forces advocate for the recognition of simultaneous families, in which one of the components is coincident. The institutionalization of parallel families, apart from the recognition of human liberties, a fundamental right of the first generation, constitutes a true defense of dignity. Forgetting the existence and necessity of legal

protection of the simultaneous establishes discriminatory and punitive behavior to the family group constituted *a posteriori*. Despite the existence of parallel families, the legal treatment given by Brazilian and Spanish legislation is not kind.

**Keywords:** Parallel families; liquid love; human dignity.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	4
2. SOBRE O AMOR LÍQUIDO E SUAS REPERCUSSÕES NO MODELO DE FAMÍLIA .....	6
3. AS FAMÍLIAS E O TEMPO.....	7
4. TRATAMENTO JURÍDICO DAS FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS EM ORDENS BRASILEIRA E ESPANHOLA .....	11
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	13
6. REFERÊNCIAS.....	15

## 1. INTRODUÇÃO

O brocardo jurídico “*ubi societas ibi ius*”, isto é, “onde há sociedade, há direito”, demonstra a indissociável relação entre ontologia social e ordem jurídica. Não por outro motivo, glosadores grafam conceitos reconhecendo o protagonismo do Direito à formação e continuidade social. Assim, Miguel Reale (2009, p. 65) costura definição jurídica a partir de um coletivo vivo de normas-regra e normas-princípio, se relacionando de forma sistêmica, com o fito de preservação da saúde nas relações sociais.

A proteção da convivência sadia, por meio de normas emanadas pelo Estado, em caráter cogente (BOBBIO, 2001, p. 105), indubitavelmente, reverberará de modo obtuso aos Ser e Tempo (HEIDEGGER, 2005, p. 103) em que se encontra, caso não acompanhe, em *pari passu*, as mutações próprias da existência em sociedade.

Cá, jaz a maior diferença entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais: as irreprodutibilidades de circunstâncias, e de resultados. Em abordagem exemplificativa: um projétil sempre percorrerá uma determinada distância, a uma certa velocidade, vide aceleração desenvolvida. É um problema cuja resolução é equacionável, e cujo resultado será o mesmo em qualquer latitude e longitude terrestres. De modo diverso, lidar com seres animados, pensantes e reformuláveis, faz de qualquer método silogístico sobre o comportamento humano, uma abordagem falível. Por esta razão, não é sensata, a título de exemplo, a indução ao genérico de resultados obtidos através das observações anotadas pelo etnólogo. Circunstâncias geográficas, históricas, sociais e psicológicas garantem o predicado de unicidade ao estudo das ciências sociais (DAMATTA, 2010, p.25).

Ao seu turno, a Ciência do Direito, enquanto produto genuinamente social, não constitui exceção à regra. Destarte, os Ordenamentos Jurídicos passam por mutações constantes mirando a manutenção da ordem social e, ainda, coordenando seus passos futuros. Sob a este último aspecto, funda-se a ideia de Constituição Dirigente, tecida por José Joaquim Gomes Canotilho (2003). E assim como o todo-maior – o cosmo Ordenamento Jurídico – cada micropartícula a ele atinente deve guardar harmonia à ideia de permanência social, sob o risco de ferir seus preceitos primários de formação, maculando, por conseguinte, sua existência (TELLES JÚNIOR, 1971, p. 232).

Soma-se ao exposto, o movimento de reaproximação entre Direito e Moral, fruto da ideologia pós-positivista, em que se reservou ampla importância à seção principiológica,

incentivando a utilização de técnicas que promovem certa amplitude ao texto legal, a exemplo das cláusulas abertas e dos conceitos legais indeterminados (LENZA, 2014, p. 76). Tratou-se, pois, de resposta apropriada ao contexto histórico vivenciado em meados do século XX, pós-segunda grande guerra, resultado do medo emergente frente a banalização do mal. Enxergou-se na publicização dos direitos, a partir da elevação a ordem constitucional ao protagonismo do Ordenamento, saída eficaz a conter a insegurança reinante.

Dessa maneira, o sistema vivo, representação da constante relação entre partículas fundantes com renovação diuturna na consagração dos anseios sociais, passou a se alimentar das normas-regra e normas-princípio gravadas em sebe da *Lex Legum*. Nesta esteira, o Direito Constitucional passou a caminhar ao lado dos institutos de Direito Administrativo, auxiliando o hermenêuta dedicado às Consolidações Penais, e, ainda, informando os princípios basilares das relações tributárias.

Em âmbito privado, o eco não é diverso: a interpretação sistêmica do Ordenamento incentiva enlace entre as disposições Constitucionais e os contratos laborais, assim como assenta as pedras basilares das relações regidas pelo Direito Civil. Dessa maneira, por exemplo, guardam vínculo à ordem constitucional o Direito de Propriedade, os Direitos de Personalidade e suas implicações no Direito Sucessório.

Ocorre que, as mutações legais e a porosidade ínsita a um modelo cercado por normas-princípio, alcançaram também o Instituto Familiar. O modelo matrimonialista e biparental abre espaço para configurações diversas, tendo como uno e exclusivo fundamento o afeto, vide a vertente eudemonista (DIAS, 2012, p. 55). Entre estas, se destaca crescente movimento doutrinário favorável ao reconhecimento de núcleos familiares outros, dos quais um dos integrantes mantenha presença simultânea e plural, fenômeno denominado por família simultânea ou paralela.

Deste modo, avocamos as sistemáticas jurídicas de Brasil e Espanha, com o fito de debater, em específico, os obstáculos dispostos em Diplomas Civilistas que guardam relação ao concubinato, frente ao modelo eudemonista de família, com ênfase nas chamadas Famílias Simultâneas, avaliando, por final, alternativas hermenêuticas à harmonização dos dispositivos legais.

## 2. SOBRE O AMOR LÍQUIDO E SUAS REPERCUSSÕES NO MODELO DE FAMÍLIA

Zygmund Bauman, expoente polonês na seara sociológica, ocupou-se pela cátedra desde meados do século XX, lecionando por longos períodos na Universidade de Varsóvia, e, posteriormente, como professor emérito em Leeks, na Inglaterra. Seu agudo interesse pela reformulação das relações sociais diante dos avanços tecnológicos resultou em extensa série descritiva das interações mercadológicas, informacionais e afetuosas, pincelando os apanágios concernentes à identidade e ao medo na pós-modernidade. Para tanto, batiza a ideia de ‘liquidez’ enquanto coluna cervical das relações sociais hodiernas.

Talvez esteja no bojo da obra ‘medo líquido’, a mais comovente descrição da inconstância pós-moderna: para o autor, o humano está fadado a reencarnações perpétuas, com frequência diária, razão pela qual todos os laços são postos em xeque, colocados à prova, intermitentemente (BAUMAN, 2008, p. 33). Todavia, é em ‘amor líquido’ que descreve a dialética das relações sociais, em especial, as afetuosas, frente a pulverização dos meios de comunicação e produção (BAUMAN, 2003, p. 50).

O sociólogo polonês questiona as grandes alterações nos modos de vida, do paradigma da fidelidade e da perpetuidade de outrora, à múltipla e superficial realidade das relações afetuosas resultante do fenômeno da globalização<sup>2</sup>. A ansiedade e o medo são caracteres indissociáveis ao pós-moderno, razão pela qual as relações sociais tendem à superficialidade, ora pela necessidade de interação constante, ora pelo receio de frustrações. Por conseguinte, as relações afetuosas têm como predicado a impermanência e a insegurança, sendo comparadas à sistemática mercadológica dos *fast-foods* por sua ‘instantaneidade’, e pela dinâmica de lucros e prejuízos, devidamente ajustada às relações pessoais (BAUMAN, 2003, p. 52).

O fenômeno da liquidez guarda, pois, íntima relação à massificação informacional, e os medos que urgem das profundezas do desconhecido. A superficialidade e a multiplicidade

---

<sup>2</sup> Referenda o mestre: “[...] Todo esse aproximar-se e afastar-se para longe torna possível seguir simultaneamente o impulso de liberdade e a ânsia por pertencimento – e proteger-se, se não recuperar-se totalmente, dos embustes de ambos os anseios. Os dois estímulos se fundem e se misturam no trabalho extremamente absorvente e exaustivo de “tecer redes” e “surfear nelas”. O ideal de “conectividade” luta para apreender a difícil e irritante dialética desses dois elementos inconciliáveis. Ele promete uma navegação segura (ou pelo menos não-fatal) por entre os recifes da solidão e do compromisso, do flagelo da exclusão e dos férreos grilhões dos vínculos demasiadamente estreitos, de um desprendimento irreparável e de uma irrevogável vinculação. Nós entramos nos *chats* e temos “camaradas” que conversam conosco. Os camaradas, como bem sabe todo viciado em *chat*, vêm e vão, entram e saem do círculo [...]” (BAUMAN, 2003, p. 51-52).

das relações têm arrimo na necessidade do pós-moderno em se manter distante dos âmagos alheio e de si. Trata-se, pois, de reverberação do sentimento de ansiedade, razão pela qual laços são desfeitos a todo instante, e reatados, logo em seguida - agora, entretanto, com novos sujeitos.

A nova dinâmica reforça, inclusive, o numerário de relações concomitantes, à medida em que se procura por satisfações pontuais, restando os sujeitos mais ou menos livres das obrigações incompatíveis aos seus ideais, onde, mais uma vez, a comparação mercadológica da rede de *fast-foods* se demonstra plausível (BAUMAN, 2002, p.52).

Nessa esteira, Bauman acaba por desenhar os contornos que fundamentam série de relações paralelas, inaugurando novo vértice explicativo às formações familiares de núcleos concomitantes (RUSYK, 2013).

O reconhecimento jurídico das famílias paralelas, contudo, encontra óbices em pilares eclesiásticos, construções relativas ao casamento e ao crime de bigamia, e a impossibilidade legal de se atar múltiplas uniões estáveis.

Todos estes obstáculos têm em comum os eixos cervicais da fidelidade e da monogamia enquanto motivações genéricas ao ostracismo social.

Em sua defesa, frisa-se a mutabilidade de conceitos e formas, apanágio ínsito aos objetos das ciências sociais, grifando a análise das famílias no tempo, para, posteriormente, dedicar-se às instruções jurídicas assinaladas pelos Ordenamentos Jurídicos brasileiro e espanhol, na tentativa de harmonizar princípios de índole Constitucional e Supra-Constitucional ao imbróglio fático apresentado.

### 3. AS FAMÍLIAS E O TEMPO

Consenso entre a psiquiatria e a ciência sociológica, o papel da família - cá, entende-se por estrutura *lato sensu* - ecoa pelas paredes da vida, enquanto estrutura formadora e de cristalização dos aspectos coletivos e individuais, em âmbito social (DURKHEIM, 1988, p. 87) e da psique (FREUD, 2009, p. 96).

Para além dos ideais jusnaturalista e parmenidiano, a instituição social 'família' não ostenta, ao decorrer da história humana, forma permanentes. Em verdade, esta análise consubstancia-se em reflexão acerca da incidência das condições temporais e suas



implicações inerentes, em âmbito das ciências sociais. Logo, debruçar-se sobre a evolução histórica da ideia de família é assumir a diversidade de influências fundantes e reconhecer suas diversas funções pelo decorrer dos séculos.

*Ab initio*, costuma-se relatar o cotidiano de priscas eras, descrevendo a formação e organização dos primeiros povoados dos quais se há notícia, e esclarecendo, em seguida, a influência da endogamia para, então, tecer considerações acerca da ideia genérica de família, englobando todos os integrantes do clã (VENOSA, 2006, p. 25). Os estudos de Émile Durkheim (1988, p. 87) voltados à teoria das solidariedades corroboram tais considerações. Neste ponto, percebe-se o compartilhamento geral de hábitos e crenças, ocasião em que o sentimento coletivo impera sobre o individual, descrição típica de pequenas tribos, nos quais Durkheim identificou a solidariedade mecânica enquanto forma de coesão entre seus membros.

A divisão do trabalho, se tornou marco divisório entre a organização de pequenas unidades tribais e a formação de aglomerados sociais de poder centralizado - o Estado. Cá, o enredo ganha outra conotação: o elo entre Religião e Estado com o fito de organização a nível moral e legal da sociedade. A família perde a ideia generalista de outrora, para assentar aspecto de microssistema de estruturação social.

A Roma Clássica é expressão da queda de valores genericamente incrustados, para a construção de ideia familiar desvincilhada, em pequenas células, um conjunto de pessoas ligadas por laços de matrimônio e consanguinidade, tendentes a seguir culto específico e organizadas de acordo com o poder patriarcal (GONÇALVES, 2009, p. 22). Ao *pater familias* era avocado amplos poderes sobre a mulher e os filhos, podendo, inclusive, julgar pela vida e morte destes últimos.

A ingerência Eclesiástica convergiu para relativização da ideia de pátrio poder, imprimindo, por consequência, avanços ao reconhecimento da mulher e dos filhos enquanto sujeitos de direitos, dentro do seio familiar. Esta foi a representação assumida em períodos Bizantino e da Idade Média.

Grava-se, neste quesito, as conotações financeira e de preservação da nobreza assumidas: o casamento consubstanciava-se em negócio jurídico, e o afeto não encontrava espaço frente ao dogma canônico da indissolubilidade (GONÇALVES, 2009, p. 16).

Com o final da Idade Média, e os novos moldes econômicos – advindos das grandes navegações, e, posteriormente, com auge na Revolução Industrial – aspectos como a progressiva emancipação feminina e paulatina separação entre Igreja e Estado remodelaram as formas da família e do casamento. Perfeitamente cabíveis, neste ponto, os estudos relativos à Solidariedade Orgânica (DURKHEIM, 1988, p. 87), rotacionando-se o fator de coesão social – da homogeneidade inerente a pequenas tribos, à necessidade de conjunto, fruto do intenso grau de especialização laboral.

O decurso do tempo trouxe novos parâmetros às regras familiares, modificando, em especial, o papel da mulher, de propriedade patriarcal a sujeito de direitos. Assim, observou-se a evolução legislativa quanto a garantia da dignidade ao se repensar e transformar o instituto do casamento, rompendo o dogma da perpetuidade ao abarcar a possibilidade de divórcio. Este passo simboliza grande avanço rumo a separação entre Igreja e Estado, reiterando a postura laica hodiernamente em voga.

Neste viés, portanto, passou-se a observar um modelo familiar expansivo cujo fundamento está calcado não mais, primordialmente, em razões político-financeiras, mas em afeto. O reconhecimento da separação, do instituto da união de fato, de famílias monoparentais, de casamentos homoafetivos são exemplos desse modelo aberto de fundamento afetivo (DIAS, 2011, p. 55).

Hodiernamente, vivencia-se a guinada do modelo familiar eudemonista, prezando pela comunhão sentimental, distante o quão possível das restrições impostas pelo Estado em sua formação.

Presencia-se, portanto, a mudança de eixo do Instituto Familiar para conjunto desprovido de forma fixa, livre de imposições externas, e, heterogênea, por alma.

O preceito eudemonista permite abertura progressiva aos modelos de família. Nesse sentido, a regulação da união de facto e do casamento homoafetivo, por exemplo, constituem claras reverberações do novel paradigma. A democratização dos sentimentos, portanto, encontra grande obstáculo nos aspectos culturais forjados, primordialmente, pela ingerência eclesiástica. Sob essa ótica, o reconhecimento de famílias simultâneas constitui delicado, porém, essencial, ponto de discussão.

A terminologia grafada abarca as ideias de concubinatos puro e impuro - sendo critério definidor a possibilidade ou não de conversão da união em casamento - e,

inevitavelmente, carrega consigo todos os estigmas próprios da construção familiar matrimonial-monogâmica.

Sob o risco de engessamento, as múltiplas realidades fáticas podem não ser albergadas em função de exações conceituais e apegos literários. Contudo, sua ideia central está na multiplicidade de núcleos familiares, guardando denominador comum, de modo sincrônico (RUSYK, 2013).

O aspecto líquido (BAUMAN, 2003, p. 7) das instituições sociais, dentre as quais, a família, encontra supedâneo em coletivo principiológico amplamente albergado pelas ordens constitucionais ocidentais. Entre os quais, elenca-se a dignidade humana, a liberdade, o princípio da afetividade e da igualdade material, para a formação e o florescimento familiar. Nesse diapasão, faz-se necessário destacar a expressão conjunta desse arcabouço.

A natureza humana apriorística, desvela, em âmbito deontológico, toda e qualquer ação, interpretação, e construção social de finalidade em si. Logo, todo o aparato social deve manter vínculo às necessidades humanas. Destarte, o Direito não pode se afastar de seu ínsito dever: a tutela e a promoção da dignidade. Em síntese, o legado kantiano nos permite inferir que mesmo a família, instituição social primária, não resta ileso às imposições éticas apriorísticas, de modo que não deve ser cultivada com a finalidade de satisfação de um conceito externo, mas, sempre, norteadas ao amplo florescimento de seus membros (BERTUOL, 2012).

Discute-se, portanto, a grosso modo, a possibilidade de interferência Estatal em orbe sentimental, tutelando, de modo positivo, a intimidade, e, caso afirmativa a resposta para tal indagação, o grau de tal ingerência à vida privada frente os direitos e garantias constitucionalmente elevados.

Sobre este aspecto, em papel protagonista, a liberdade se demonstra preceito e princípio fundamentais, na medida em que se consubstancia em proteção do cidadão frente à interferência Estado, e se manifesta na livre formação do seio familiar. De similar maneira, o princípio da afetividade representa de modo cristalino a plêiade de direitos fundamentais de primeira geração, e sua efetivação tem matriz na dignidade e liberdade humanas.

A referência onipresente da dignidade impele a busca pela isonomia material, ou, em outros ditos, pela reflexão dos porquês sociais impeditivos ao reconhecimento das famílias simultâneas enquanto entidades merecedoras de tutela jurídica protetiva<sup>3</sup>.

#### 4. TRATAMENTO JURÍDICO DAS FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS EM ORDENS BRASILEIRA E ESPANHOLA

Em que pese a existência secular dos arranjos familiares múltiplos e simultâneos, em âmbito jurídico, reserva-se tratamento periférico a tais conjuntos, incentivando a marginalização das estruturas secundárias, e, por fim, culpabilizando, em especial, a figura feminina. A desídia jurídica, portanto, constitui eco das ideologias patriarcais e reificadoras das relações humanas<sup>4</sup>, imprimindo, ainda, obstáculos, sobretudo, à sucessão patrimonial dos consortes<sup>5</sup>.

Diante da amplitude de situações fáticas relativas à gênese e ao formato de famílias paralelas, as disposições legais não contemplam parte significativa dos núcleos familiares. Trata-se de posição deferente aos princípios de lealdade matrimonial.

---

<sup>3</sup> Em notável dissertação acerca do tema, Dimas Daniel de Carvalho destaca: “[...] Embora se perceba a evolução do estado em proteger todas as formas de família até então verificadas em meio social, as famílias simultâneas ainda continuam à margem da lei, são, no seu verdadeiro sentido, as famílias marginais no contexto da dignidade da pessoa humana, corolário do Estado Democrático de Direito. O Estado Democrático de Direito privilegia algo a mais no plano normativo, ou seja, faz do direito um transformador da realidade social. De forma diferenciada do Estado Liberal, o Estado Democrático de Direito se posiciona de maneira ativa para garantir a aplicação dos direitos fundamentais aos particulares. Diante disso, as famílias simultâneas, embora não constem segundo os moldes expressos constitucionalmente, não podem ser excluídas da tutela Estatal. E o reconhecimento constitucional do pluralismo familiar permite que as relações simultâneas sejam reconhecidas como famílias, merecendo a mesma proteção das demais já reconhecidas” (2013, p. 78).

<sup>4</sup> Nesse diapasão, o magistério de Anthony Giddens, em ‘A transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas’, muito acresce à discussão: “[...] Em sua maioria, as mulheres têm sido divididas entre as virtuosas e as perdidas, e as “mulheres perdidas” só existiram à margem da sociedade respeitável. Há muito tempo a “virtude” tem sido definida em termos da recusa de uma mulher em sucumbir à tentação sexual, recusa esta amparada por várias proteções institucionais, como o namoro com acompanhante, casamentos forçados e assim por diante. Os homens, no entanto, têm sido tradicionalmente considerados – e não apenas por si próprios – como tendo necessidade de variedade sexual para a sua saúde física. Em geral tem sido aceitável o envolvimento dos homens em encontros sexuais múltiplos antes do casamento, e o padrão duplo após o casamento era um fenômeno muito real. [...] Um único ato de adultério por parte de uma esposa era “uma violação imperdoável da lei da propriedade e da ideia da descendência hereditária” e a descoberta punha em ação medidas altamente punitivas. O adultério por parte dos maridos, ao contrário, era amplamente “encarado como uma fraqueza lamentável, mas compreensível” (1993, p. 16-17).

<sup>5</sup> Acerca deste aspecto, observa-se limitação legal à livre disposição de sua propriedade. O Código Civil português – bem como o brasileiro – veda qualquer espécie de manifestação testamentária direcionada ao concubino, sob pena de nulidade. Considera-se, neste ponto, a atuação legislativa – ao passo que ultrapassa os direitos inerentes à propriedade e de sua livre disposição, para, assim, proibir tais alterações na titularidade de bens – ofensiva à ordem constitucional.

Doutrinariamente, identifica-se três correntes divergentes acerca da constitucionalidade das famílias simultâneas. A primeira delas advoga pela completa inconstitucionalidade, encontrando supedâneo em dispositivos que invocam o carácter monogamia, entre eles, na capitulação do crime de bigamia (MACÁRIO, 2014, p. 60). Este posicionamento encontra guarida nos ordenamentos jurídicos brasileiro<sup>6</sup> e espanhol<sup>7</sup>, sendo conduta passível de sanção penal. Reverberam ainda, neste sentido, as proibições atinentes à manutenção de múltiplas uniões de fato, ou, *las plurales 'parejas de hecho'*.

*Toto Caelo*, encontramos defesas das famílias simultâneas por razão do fenómeno pós-positivista, invocando os princípios da dignidade humana, da isonomia material, da autonomia da vontade e da afetividade como porquês de legitimação. O ponto dissidente está na necessidade ou não de comprovação da boa-fé subjetiva entre cônjuges simultâneos (PIANOVSKI, 2011).

A posição adotada neste trabalho entoa os princípios da autonomia da vontade e da livre formação e construção familiar como fundamentos para a não-interferência do Estado. Desse modo, olvidam a existência de novas construções familiares, desprestigiando a dignidade humana transparente à isonomia, afetividade e liberdade familiar. Propõe-se, portanto, nova interpretação aos dispositivos, declarando seu carácter inconstitucional, e reconhecendo juridicamente, as plúrimas facetas com quais a família pode manter feição, enquanto expressão da autonomia particular.

Debruçando-se sobre as ordens jurídicas brasileira e espanhola, observa-se, *prima facie*, a ausência de regulamentação específica acerca das famílias simultâneas. Contudo, o exame sistêmico parece permitir harmonização entre as situações jurídicas ora enfrentadas.

Em âmbito internacional, a União Europeia tem fundamento nos ideais da dignidade humana, liberdade e isonomia, firmando-se enquanto Estado de Direito, com o fito de estender tais direitos e garantias, inclusive, às parcelas populacionais vulneráveis, conforme solidificado pelo Tratado de Lisboa, em 2007<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Capitulado no Art. 235 do Código Penal brasileiro, a bigamia – “Contrair alguém, sendo casado, novo casamento” – tem como pena a reclusão de dois a seis anos.

<sup>7</sup> Dispõe o Código Penal espanhol, em seu artigo 217: “El que contrajere segundo o ulterior matrimonio, a sabiendas de que subsiste legalmente el anterior, será castigado con la pena de prisión de seis meses a un año” (1995).

<sup>8</sup> Em seu artigo I-2º, firmou-se os chamados ‘valores da União’: “A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de Direito e do respeito dos direitos, incluindo dos direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados-

Tais diretrizes guardam consonância aos princípios paradigmáticos elencados pelo Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, firmada em 1948. Para além de menção expositiva aos direitos e garantias fundamentais, o documento reconhece a margem de liberdade aos sujeitos na formação e proteção da família<sup>9</sup>.

Insta guisar a cumplicidade simétrica com que as respectivas ordens constitucionais ora estudadas resguardam tais direitos. Por assim, ao mesmo tempo em que se tutela as liberdades e a família, veda-se condutas discriminatórias de qualquer espécie. Destarte, em função das disposições de ordens internacional e local, advoga-se pelo reconhecimento jurídico das famílias paralelas – existentes apenas em fato – e que, pela postura marginal delegada pelos fortes traços da ideologia monogâmica, carregam a penalidade do ostracismo pós-moderno.

Frisa-se a importância da família como eixo formador, por primazia, dos caracteres liminares da consciência social e individual, fundamentação que, mais uma vez, corrobora manchas maculadoras nos sujeitos nucleares, em especial, à prole, ocasionadas pela desídia estatal.

Para além do laicismo na operação do Estado, a tutela das famílias paralelas constitui máxima inexorável ao Estado Democrático de Direito, à medida em que, finalmente, se perceberá a pessoa humana enquanto sujeito - merecedor - de direitos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Direito, enquanto plexo de normas emitidas pelo Estado com o fito de manutenção social (REALE, 2009, p. 61), não perpassa de modo ileso às condições do tempo. As influências econômicas, sociais, históricas, políticas e filosóficas imprimem mudanças ao arcabouço jurídico. A não-observância desses fatores acarretará em descompasso entre sociedade e norma, afetando a saúde das relações sociais, finalidade ínsita ao instrumento.

Grifou-se as acepções de família ao decorrer da história, reforçando, mais uma vez, os aspectos basilares inerentes às disciplinas sociais: a irreprodutibilidade e a impermanência.

---

Membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre mulheres e homens” (UNIÃO EUROPEIA, 2007).

<sup>9</sup> Assim, grafa a referida declaração, em seu Artigo 6º: “Toda pessoa tem direito a constituir família, elemento fundamental da sociedade e a receber proteção para ela” (1948).

Inicialmente, as estruturas familiares eram caracterizadas por formações coletivas, predomínio marcante em tribos e clãs. Com o afunilamento funcional de seus membros e desenvolvimento dos sentimentos individuais, em contraste aos coletivos, o culto familiar passou a ser particularmente único, assim como cada manifestação familiar. A marcante ingerência eclesiástica gravou os dogmas de fidelidade e da monogamia, ecoando ao século XXI as diretrizes instauradas em Bizâncio: o teocentrismo ecoava às famílias. A curta, porém contínua jornada, caminha-se à retomada antropocêntrica, destacando a família enquanto campo afetivo capaz de proporcionar florescimento das potencialidades humanas (BERTUOL, 2012).

Nesse diapasão, o reconhecimento de construções pulsantes em seio social é tarefa delicada, porém, essencial, na lida pelo respeito à dignidade humana. Assim, se discursou sobre os núcleos familiares simultâneos, formados por componentes comuns, isto é, se introduziu o estudo às famílias paralelas.

Desenvolveu-se supedâneo principiológico apto a fundamentar o reconhecimento pelo Ordenamento Jurídico das 'famílias clandestinas', elencando em âmbitos internacional ou mesmo vindouros das legislações brasileiras e espanholas, a liberdade, a isonomia, a afetividade e, sobretudo, a dignidade humana no intuito de revisar as condições marginalizadoras abarcadas pelos Códigos Civis brasileiro e espanhol, ao realizar verdadeiros juízos de hierarquização entre estruturas familiares distintas.

Reitera-se a necessidade de reflexão acerca do tema, com vistas à verdadeira negativa de direitos às construções posteriores, encaradas, em praxe jurídica, enquanto aglomerados impuros.

Desta feita, considera-se que o papel do Estado nas relações privadas deve ser cauteloso, em observância aos princípios relativos à autonomia privada, sob o risco de ingerência desmedida, ferindo direitos fundamentais, em especial os de primeira geração, e frustrando seus deveres de tutela à dignidade humana.

## 6. REFERÊNCIAS

### Fontes documentais:

CARTA dos Direitos Fundamentais da União Europeia. [Em linha]. União Europeia: Jornal Oficial das Comunidades Europeia. [Consult. 19 Dez. 2016]. Disponível em [http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text\\_pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf).

CÓDIGO CIVIL: decreto-lei n.º 16.563/29, de 25 de Novembro. [Em linha]. Lisboa: Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, 1929. [Consult. 11 Dez. 2016]. Disponível em <https://dre.tretas.org/dre/12182.dre.pdf>.

CÓDIGO CIVIL: lei n.º 7 de 15 de Março de 2011. [Em linha]. Lisboa: Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, 1929. [Consult. 30 Dez. 2016]. Disponível em <[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1308&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1308&tabela=leis)>.

CÓDIGO PENAL: **Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. [Em linha]. Brasília: Congresso Nacional. [Consult. 15 de Dez. 2016]. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm).

CÓDIGO PENAL: Ley Orgánica 10/1995, de 23 de noviembre de 1995. [Em linha]. [Consult. 15 de Dez. 2016]. Disponível em <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1995-25444>

CONSTITUCIÓN de España. [Em linha]. Disponível em [http://www.congreso.es/constitucion/ficheros/c78/cons\\_espa.pdf](http://www.congreso.es/constitucion/ficheros/c78/cons_espa.pdf)

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro. [Em linha]. Brasil: Congresso Nacional, 1988. [Consult. 29/10/2016]. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>.

CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS DO HOMEM. [Em linha]. São Paulo: Universidade de São Paulo. Consult. 18 Dez. 2016. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OEA-Organiza%C3%A7%C3%A3o-dos-Estados-Americanos/declaracao-americana-dos-direitos-e-deveres-do-homem.html>.

### Fontes bibliográficas:



BAUMAN, Zygmunt - Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos; tradução, Carlos Alberto Medeiros – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BAUMAN, Zigmunt. Medo líquido. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BERTUOL, Pedro Henrique Barbisan. A tutela jurídica das famílias simultâneas. [Em linha] Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. [Consult. 17 Out. 2016]. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67276/000872768.pdf?sequence=1>

BOBBIO, Norberto – A era dos direitos. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. ISBN 10: 85-352-1561-1.

BOBBIO, Norberto – Teoria da Norma Jurídica. Trad. Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti - Bauru, São Paulo: EDIPRO, 2001. BRASIL.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. Editora Malheiros. 24ª Edição. 2009. São Paulo.

CARVALHO, Dimas Daniel de. Famílias Simultâneas na Ordem Constitucional Democrática. [Em linha] Pouso Alegre: Faculdade de Direito do Sul de Minas. [Consult. 07 de Mar. 2017]. Disponível em <http://www.fdsu.edu.br/site/posgraduacao/dissertacoes/23.pdf>

CANOTILHO, José Joaquim Gomes – Direito Constitucional. 7.ª Edição, Coimbra: Edições Almedina, 2003. ISBN: 978-972-40-2106-5.

CRETELLA JUNIOR, José – Curso de Direito Romano. Rio de Janeiro, Ed. Forense, 2009. ISBN: 978-85-30-90-556-9

DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direitos das Famílias, 7.ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito brasileiro, volume 5: direito de família. 25. edi. – São Paulo: Saraiva, 2010.

DURKHEIM, Émile – As regras do método sociológico. 3ª Edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007. ISBN: 978-85-336-2364-4.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do social do trabalho. Tradução: Eduardo Brandão. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREUD, Sigmund. Obras Completas, volume 16: O eu e o id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GIDDENS, Anthony. A transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. ISBN: 85-7139-037-1

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, Volume VI: Direito de Família. 6ª ed. Rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2005.

HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. 15ª Edição. Editora Vozes: São Paulo. 2005

LASSALE, Ferdinand – A essência da Constituição. 6.ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2001. ISBN: 85-7387-145-8.

LENZA, Pedro – Direito Constitucional Esquematizado. 18ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2014. ISBN: 978-85-02-21454-5.

MACÁRIO, Gabriela Carvalho – Famílias Simultâneas Sob A Perspectiva Da Constituição Federal De 1988: critérios para o seu reconhecimento e partilha de bens em sua dissolução. [Em linha]. São Luís: Universidade Federal do Maranhão. [Consult. 24 Out. 2016]. Disponível em <[https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/798/1/MONOGRAFIA\\_GABRIELAMA\\_C%C3%81RIOCARVALHO2014.pdf](https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/798/1/MONOGRAFIA_GABRIELAMA_C%C3%81RIOCARVALHO2014.pdf)>.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de – Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade. 2ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2002. ISBN: 978-857-42-0047-7

MIRANDA, Jorge – Manual de Direito Constitucional - Tomo I - Preliminares - o Estado e os sistemas constitucionais. 6.ª edição. Coimbra Editora: Coimbra, 1997. ISBN 972-32-0793-1.

NETO, Agostinho Ramalho Marques. A Ciência do Direito – Conceito, Objeto, Método. 2ª Edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Renovar. 2001

PIANOVSKI, Carlos Eduardo. Famílias Simultâneas e Monogamia. Disponível em: <[http://www.ibdfam.org.br/\\_img/congressos/anais/9.pdf](http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/9.pdf)> Acesso em: 26/10/2016.

REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 29ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009. ISBN: 97885-02-04126-4.

SANTOS, David Moiseis Barreto dos. Zygmunt Bauman: vida, obra e influências autorais. [Em linha] São Luís: Universidade Federal do Maranhão. [Consult. 8 Fev. 2017]. Disponível em [www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/download/2893/1119](http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/download/2893/1119)

TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. São Paulo: Editora Gen-Método. 2011.

TELLES JÚNIOR, Goffredo – O Direito quântico: ensaio sobre o fundamento da ordem jurídica. São Paulo: Max Limonad, 1971.

VENOSA, Silvio de Salvo - Direito Civil: Direito das sucessões. 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2007.